



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - A lista de presença registra o comparecimento de 458 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Havia sobre a mesa um requerimento assinado pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, em que requeria, nos termos do § 1º do art. 67 e do inciso IV do art. 83 do Regimento Interno, que fosse submetida ao plenário a realização de sessão extraordinária, em 17 de maio, imediatamente após a sessão ordinária ou outra que venha substituí-la para deliberar sobre o Projeto de Lei nº 1.876-A.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não estou conseguindo ouvir V.Exa., Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Esse requerimento está prejudicado, porque a pauta convocada é realmente a que está constando o Código Florestal.

Sobre a mesa um novo requerimento de inversão de pauta do DEM ainda.

Esse requerimento de V.Exa. é sobre incluir prioritariamente em votação o requerimento anterior. Ele também está prejudicado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, vamos dialogar aqui. Concordo com V.Exa. que, na medida em que V.Exa. convocou uma sessão extraordinária e incluiu em pauta o Código Florestal, podemos, mesmo havendo amparo regimental... Então, V.Exa. está dando uma interpretação de que, como o Código Florestal está em



pauta, não há por que deliberar sobre a convocação de uma nova sessão extraordinária para votar o Código.

Quero dizer que entendo que o meu requerimento tem amparo regimental, porque proponho uma sessão exclusiva para a votação do Código Florestal. Porém, passando desse ponto, peço que V.Exa. submeta a exame, uma vez que considera que o Código Florestal já está em pauta, o requerimento em que solicitamos a preferência para a votação deste item.

Já que ele está em pauta, qualquer Líder partidário pode apresentar um requerimento solicitando que ele seja examinado prioritariamente.

Quero dizer a V.Exa. que, do primeiro indeferimento, recorro à Comissão de Constituição e Justiça, por entender que tenho amparo regimental para apresentá-lo, mas não vou alimentar polêmica. Quero que V.Exa. assegure a votação da preferência para um dos itens que constam da pauta desta sessão extraordinária convocada por V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Muito bem. Quando fez o primeiro requerimento na sessão anterior, V.Exa. sugeriu que fosse convocada imediatamente após a sessão ordinária. É esta sessão em que estamos. Esse é o requerimento que digo que ficou prejudicado. V.Exa. apresentou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Contra o qual eu recorro, com todo o respeito.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Com toda a certeza, tem todo o direito.

V.Exa. apresentou requerimento no seguinte teor:



"Requeremos a V.Exa., nos termos do art. 83, § único, inciso II, alínea "d" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que a presente pauta seja apreciada na seguinte ordem: requerimento de Deputados dependentes de votação imediata, 1; matérias constantes da Ordem do Dia, 2; redações finais, 3; requerimentos de urgência, 4; e requerimentos de Comissão sujeitos a votação, (...)"

V.Exa entende também que, na convocação desta extraordinária, contemplo o requerimento de V.Exa.?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Presidenta, veja como existe uma divergência clara entre a interpretação da Mesa e a da Liderança do Democratas: quando V.Exa. prejudica o primeiro requerimento, decisão contra a qual já recorri à Comissão de Justiça, V.Exa. praticamente retira a oportunidade de examinarmos o Código Florestal na frente das medidas provisórias.

Eu quero lhe lembrar que mantive contato com V.Exa. desde o início do dia. Chegamos aqui bem cedo. Eu solicitei ao meu Vice-Líder, Deputado Ronaldo Caiado, que madrugasse em Brasília para ser o primeiro Parlamentar a chegar com um requerimento para ser apresentado à Mesa, a fim de garantir que fosse, de fato, realizada uma sessão para votar o Código Florestal. Então, a decisão de V.Exa. passa a não ter amparo.

Veja, portanto, que estou certo quando apresento um requerimento para a realização de uma sessão exclusiva de votação do Código Florestal, porque a aprovação desta sessão exclusiva é que me permite votar prioritariamente o Código



Florestal, tendo depois V.Exa. todo o direito e competência para convocar outra sessão extraordinária para votar as medidas provisórias.

Então, V.Exa. não está, com a devida vénia, amparada pelo entendimento regimental que esta Liderança apresenta neste momento. Senão, pergunto: que remédio regimental teríamos para votar o Código Florestal na frente das medidas provisórias? É a pergunta que faço a V.Exa, aguardando a resposta da Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Vou responder a V.Exa.

O SR. EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, peço a palavra para contraditar.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, V.Exa. já decidiu um requerimento que havia sido apresentado anteriormente numa sessão que já foi encerrada, numa nova sessão extraordinária que foi convocada incluindo o objeto do requerimento.

Agora, na medida em que V.Exa. tem uma pauta anunciada, uma sessão aberta, com Ordem do Dia anunciada, um requerimento para inverter diferentes grupos vai afrontar o Regimento Interno e a Constituição Federal. Então, V.Exa. não pode considerar um requerimento que propõe uma inversão da apreciação de uma matéria que não seja objeto do mesmo agrupamento.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, V.Exa. sabe que há MPs trancando a pauta e que elas têm preferência de votação. Portanto, não posso fazer o que V.Exa. solicita.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V.Exa. nos dissesse qual é a ordem dos requerimentos que estão sobre a Mesa. Portanto, em que ordem eles serão



votados? A partir de agora, eu gostaria que V.Exa. dissesse, passo a passo, o que vai acontecer nesta sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Eu já li o primeiro requerimento de V.Exa., que foi prejudicado; já li o segundo requerimento de V.Exa., em que solicita seja apreciada a ordem que mencionei no plenário. Há alguns itens do seu requerimento que estão prejudicados, como *"Requerimento do Deputado dependente de votação imediata; matérias constantes da Ordem do Dia."* Já apresentei a Ordem do Dia ao plenário. V.Exa., a seguir, pede redações finais, que é um processo normal de qualquer votação. Então, esse requerimento não tem sustentação.

Há um requerimento de V.Exa. em que solicita seja submetida à deliberação do Plenário a realização da sessão extraordinária imediatamente após o término desta sessão para apreciação exclusivamente do PL nº 1.876/99, Código Florestal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Imagino eu que V.Exa. submeterá esse requerimento à apreciação do Plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Esse requerimento de V.Exa. tem amparo e será submetido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO - Sra. Presidente, então, gostaria de encaminhá-lo.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - V.Exa. tem a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, gostaria que adicionasse o tempo da Liderança ao tempo do encaminhamento.



Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada, quero me dirigir ao Líder do Governo, Deputado Cândido Vaccarezza, dizendo que, a despeito da excelente relação pessoal que tenho com S.Exa., da admiração que tenho pelo Parlamentar, acho que há um conflito entre o Deputado Cândido Vaccarezza, tradicional cumpridor da palavra, homem que tem por hábito honrar os acordos e compromissos que realiza nesta Casa, com o Líder do Governo. Há um conflito entre o Deputado Cândido Vaccarezza e o Líder do Governo.

Confesso que não conheço precedente que tenha ocorrido nesta Casa. O Líder do Governo, na sala do Presidente da Câmara dos Deputados, sob a condução do Presidente da Câmara dos Deputados, com a presença de vários Parlamentares, fechou o acordo solene de votar o Código Florestal na última quarta-feira. De repente, depois de fechado o acordo, depois de dada a palavra, vem aqui um Líder do Governo acanhado, um Líder do Governo envergonhado, ter de voltar atrás na palavra que deu, descumprindo o acordo que fez.

Deputado Cândido Vaccarezza, confesso que, entre o cargo e a palavra, o homem público deve ficar com a palavra. A palavra é muito mais importante e tem muito mais força que o cargo, que é passageiro, que é efêmero e que não sustenta os verdadeiros homens de bem. (*Palmas.*)

Tenho V.Exa. na conta de um homem de bem, mas não posso tolerar o descumprimento de um acordo feito. Pergunto, Deputado Cândido Vaccarezza, que confiança posso ter, ao dialogar pelo meu partido com V.Exa., fechar novos acordo, que esses acordos serão cumpridos? Infelizmente, o cristal quebrou. Infelizmente, a desconfiança hoje é a tônica que preside nossas relações.



E eu aguardo, pacientemente, a chegada do Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves que, assim como V.Exa., Deputado Vaccarezza, foi claro, categórico, direto e preciso no discurso que fez na semana passada neste plenário, dizendo que não votaria nenhuma medida provisória enquanto o Código Florestal não fosse votado. Não cobrarei dele hoje porque, através do Deputado Mendes Ribeiro, o PMDB já disse que não vota nenhuma matéria hoje, mas eu o farei amanhã, principalmente por saber que S.Exa. tem futuras pretensões nesta Casa. E ninguém pode pretender alcançar o posto máximo de Presidente do Poder Legislativo brasileiro se não tiver palavra.

A palavra é a coisa mais importante nesta Casa. Acordos devem ser cumpridos. Existem exemplos, no passado, de Líderes de Governo. E eu evoco aqui o Líder Luís Eduardo Magalhães que, quando fechou acordo representando o Governo de Fernando Henrique Cardoso, e este voltou atrás, sabe o que o Líder respondeu?: *“Está aqui entregue o meu cargo. Não serei mais líder. O acordo tem que ser cumprido”*. E o então Presidente da República voltou atrás e cumpriu o acordo.

Eu esperava isso de V.Exa., Deputado Vaccarezza. Eu esperava que V.Exa. dissesse que fechou o acordo e que, se o acordo não fosse cumprido, seu cargo estaria ali oferecido à Presidenta Dilma ou a quem lhe deu orientação para não votar.

Da mesma forma, quero ver se o PMDB vai desautorizar o seu Líder. Se o PMDB desautorizar o seu Líder, o Deputado Henrique Eduardo Alves também vai ficar numa situação muito delicada e ruim.



Espero que esse episódio faça parte de um momento ruim da história deste Congresso Nacional e possa ser superado, Deputado Vaccarezza, mas só será superado com a reconquista da confiança, e essa reconquista é feita com gestos de reafirmação desta Casa.

Os nossos mandatos estão valendo cada vez menos. Eu fico horrorizado quando vejo o Governo admitir que pode tirar da Medida Provisória nº 521 a matéria que trata de contrabando e colocá-la na Medida Provisória nº 517. Isso é brincar! Nós viramos marionetes, aliás, nós não, porque a Oposição está brigando, está indo à Justiça apresentar mandado de segurança. Mas os Deputados da base do Governo, que concordam com essa manobra, estão virando marionetes.

Eu sei que V.Exas. estão sendo cobrados. É claro que a nossa luta não é em vão, porque queremos tirar do papel o Código Florestal, com a sua aprovação definitiva. Esse é um compromisso nosso com o Brasil, com o Brasil que produz, com o Brasil que se preocupa com a preservação do meio ambiente, mas, sobretudo, com o Brasil que espera desta Casa respostas que não estão sendo dadas.

Por falar em respostas, já que o meu tempo se esgota, vamos amanhã, nas Comissões Temáticas da Câmara dos Deputados, lutar para que o Chefe da Casa Civil venha aqui apresentar os seus esclarecimentos e trazer suas informações.

Deputados, Ministros, homens públicos devem ter vida transparente, não devem esconder aquilo que lhes promove o enriquecimento material. E o Deputado de então, Ministro de hoje, Antônio Palocci, foi evasivo, foi lacônico, não respondeu às perguntas.



Eu tenho respeito por S.Exa., dialogo com o Ministro Palocci, mas acho que o seu silêncio e as manobras do Governo para evitar que ele venha a esta Casa são, de alguma forma, um indício e um sinal de que se a verdade aparecer pode surgir coisa feia por aí.

E como não deve pairar sobre uma autoridade tão importante da República dúvidas e suspeitas da origem do seu enriquecimento, é preciso que ele venha a esta Casa, respeite o Congresso, como acontece em qualquer país desenvolvido do mundo, em que os Ministros, os Secretários de Estado, autoridades se dirigem ao Congresso para prestar os seus esclarecimentos e trazer suas informações.

Daí por que, Sra. Presidenta, Deputada Rose de Freitas, quero dizer a esta Casa — peço 1 minuto para concluir — que a votação desse requerimento vai marcar o seguinte: os Deputados que votarem a favor do nosso requerimento estão colocando naquele painel a sua digital indicando que querem aprovar o Código Florestal. Os Deputados que votarem contra o requerimento estão ali dando um sinal e um recado muito claro de que não têm compromisso com a aprovação do Código Florestal.

Esta Casa só vai se reafirmar se colocar o Código Florestal para votar antes de qualquer medida provisória. Se deixarmos o Governo, mais uma vez, passar por cima dos acordos firmados, votando a MP 517, a 520, a 521, a que seja, os mandatos vão valer cada vez menos. Esta Casa corre o sério risco de se desmoralizar no Brasil perante os brasileiros. E eu peço, em nome da moralidade desta Casa, que aprovemos o requerimento e votemos o Código Florestal. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Cândido Vaccarezza.



O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP e como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria que V.Exa. adicionasse o meu tempo de Líder.

A SRA. PRESIDENTA (Rose de Freitas) - Será incorporado.

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, todos aqui são testemunhas do estilo que fiz, até este momento, de contemporização, de busca do diálogo. Até quando adiamos a votação, expliquei para a Oposição qual era o motivo do adiamento. Assumi a inteira responsabilidade para chegarmos ao momento em que pudéssemos votar o Código Florestal.

A votação do Código Florestal está marcada para o dia 24. Se o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto acredita ou não é problema dele.

O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto tenta levar à desmoralização a minha pessoa como Deputado Federal e como Líder do Governo, o que não vou admitir. E acho que a fala, na íntegra, do Deputado ACM Neto é uma declaração de guerra, e nós aceitamos a declaração.

Vamos votar a proposta de S.Exa. E para que todos tenham conhecimento, não está em questão aqui o problema de cargos. Não sou do tipo que V.Exa. pensa que eu sou. Eu não ficaria em um cargo apenas para ficar no cargo. Alto lá! Sei da agressividade de V.Exa. quando se dirige às pessoas, inclusive em falas passadas, sobre as quais não quero falar, falas com agressividade a todas as pessoas, ao Lula, a mim e a outros.

Vamos discutir. O Governo quer votar o Código Florestal no dia 24. Hoje aqui nós queremos ler a Medida Provisória nº 517 e vamos fazer isso. O Deputado ACM Neto não quer votar o Código Florestal. Ele quer imprimir uma derrota ao Governo.



Onde estiver e o que estiver a meu alcance, não vou permitir a derrota do Governo. E se formos derrotados, reconheceremos democraticamente essa derrota.

Não estou na Liderança do Governo para garantir cargo, mesmo porque não ganho um tostão a mais. Fui convidado, e com muito orgulho, primeiro pelo Presidente Lula, depois pela Presidenta Dilma.

Não é verdade que o Governo pediu para paralisar a votação, conforme espalharam no Plenário. Fui eu que fiz o pedido, pela responsabilidade que tinha.

(
Não dava para votar a matéria na semana passada. Conversei com o Líder Henrique Eduardo Alves e com todos os outros Líderes. De comum acordo, achamos que não podemos paralisar a Casa até a votação do Código Florestal. Vamos votá-lo, sim, na data em que a maioria quiser. Se a maioria ganhar, se quiser votá-lo hoje, se quiser derrotar o Governo, vamos votar.

(
(
(
(
(
(Vamos votar!)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA - Deputado ACM Neto, V.Exa. não é maioria. V.Exa. foi derrotado aqui na semana passada. Não foi a mão pesada do Governo que impediu a votação, mas a maioria dos Deputados, que não votaram na proposta de V.Exa. Se V.Exa. é minoria na sociedade, se V.Exa. é minoria no Plenário, se V.Exa. é minoria na Casa, não é problema do Governo. É problema de V.Exa. e do partido de V.Exa.

Queremos discutir aqui a Medida Provisória nº 517. Por que a Oposição não quer discuti-la? Nela há um trecho que prorroga a RGR, tributo de 1,5%. No sistema de concessão, esse tributo serve para dar harmonia e equilíbrio ao conjunto do sistema, primeiro, para que haja um recurso a fim de indenizar as empresas que entram no sistema de concessão e, segundo, para fazer projetos, como fizemos o



Luz para Todos. Mais de 10 milhões de pessoas foram beneficiadas por esse programa.

Eu sei que existe o 1,5%, mas o que encarece a conta de luz não é a RGR, que as empresas do setor não estão querendo. O que a encarece é o ICMS dos Estados, como existe em Minas Gerais uma cobrança de mais de 40%. E não fomos nós que aumentamos essa cobrança. É isso que encarece a conta de luz.

A RGR também é importante para o sistema porque é um fundo que pode emprestar recursos para resolver problemas imediatos, como foi o caso da catástrofe de Santa Catarina. O primeiro recurso que chegou para resolver o problema da reintegração do sistema elétrico daquele Estado foi o da RGR. É por isso que nós queremos votar a RGR. E a Oposição está querendo derrubar essa medida provisória. Se nós não votarmos nesta semana, corre-se o risco de perder a anualidade e o Governo perder essa contribuição.

Nós não estamos pensando na coisa pequena, em vencer a Oposição aqui e acolá, porque nós já vencemos a Oposição nas eleições de 3 de outubro. Nós queremos é governar o País para o bem, para que haja desenvolvimento econômico, distribuição de renda, criação de empregos, para resolver o problema da pobreza.

É isto que nós queremos: prorrogar a RGR e fazer votações aqui na Casa. Não dá para marcar a votação do Código Florestal para logo depois desta sessão. Não há base política, não há desejo de aprová-lo. O desejo é derrotar o Governo, o desejo é criar problemas para o Governo.

Como o Deputado mistura essa discussão com a questão do Ministro Palocci? Todo mundo sabe que vários Deputados têm empresas, têm rendimentos



que não só os rendimentos parlamentares. O que temos que discutir é se o que é tratado é legítimo ou não, se está embasado na Constituição ou não, se está embasado na lei ou não. E está embasado na lei, está embasado na Constituição e é legal. Defendemos o Estado Democrático de Direito, não a ditadura, como muitos já defenderam no passado; defendemos o crescimento do País; defendemos a moralidade pública. Essa questão que saiu sobre o Ministro Palocci é página virada, já foi explicada e vamos debatê-la onde quer que a Oposição queira.

(Eu poderia simplesmente ter seguido a linha de alguns que me aconselharam a não fazer nada hoje. Quero debater política; quero debater a RGR; quero debater a proposta de um sistema especial diferenciado de compras para viabilizar a Copa do Mundo; quero debater e votar o Código Florestal. Se nós estivéssemos discutindo a medida provisória, já estaríamos adiantados. Nós precisamos ler o relatório.

O Deputado Cândido Vaccarezza, Líder do Governo, com muito orgulho — e fui Líder do meu partido, fui Líder do Governo Lula e sou Líder do Governo Dilma —, não fugirá de nenhuma debate. Não adianta engrossar a voz, nem falar alto, nem agredir.

Fique Deputado ACM Neto com suas agressões. Eu vou debater o projeto e o futuro do País. É isso que o Governo quer. Queremos discutir também o sistema especial de licitação. Esse sistema diferenciado, diferente do que disse o Deputado, não é um jabuti que nós estamos tirando de uma medida provisória e colocando noutra. A sociedade brasileira sabe que nós começamos essa discussão há mais de 4 meses.

Todos os Líderes e os Srs. Parlamentares conhecem o texto, porque já falei dele desse microfone. Nós o discutimos com o Ministério Público, o Tribunal de



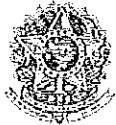
Contas, a Oposição. Inclusive incorporamos várias sugestões da Oposição. E já havia uma decisão da base — não posso dizer que é acordo, porque a Oposição nunca veio para esse acordo, e nunca tive a ilusão de que viesse — de que iríamos colocar o resultado da Medida Provisória nº 489, que perdeu validade e tratava desse assunto, em outra medida provisória.

E por que há urgência? Nós vamos sediar a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas. Não dá para a Presidente Dilma fazer uma medida provisória sem a garantia de que será aprovada e esperar 120 dias para a sua aprovação.

No Japão, que tem um sistema muito diferente do nosso, muito mais fácil de licitação, foi usado um sistema que, em inglês, chamam *turn-key*, que seria uma chave na mão para fazer obras urgentes.

Não é submissão à FIFA, mas, como é ela quem organiza o campeonato mundial, pode, de uma hora para outra, dizer que quer uma obra diferente da que está sendo feita. Por isso é que precisamos de um sistema especial de compras, para poder atender às condições que viabilizarão a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas.

Alguns são contra a Copa do Mundo. Não é o caso da Oposição; se fosse, eu diria. Já escreveram até que o Brasil deveria abrir mão de realizar o evento. Nós vamos fazer uma das melhores Copas do Mundo que o planeta já viu; vamos fazer uma das melhores Olimpíadas que o mundo já viu; e a Copa das Confederações será o orgulho e o sucesso do País. Os brasileiros podem empunhar a bandeira do Brasil e dizer que a realização da Copa das Confederações e das Olimpíadas aqui darão orgulho para nós brasileiros. É isso o que queremos fazer.



É por isso que queremos discutir hoje a Medida Provisória nº 517 e, na próxima terça-feira, queira a Oposição ou não, a Medida Provisória nº 521, aprovando-as. Vamos ler hoje o relatório da MP 517, aprová-lo amanhã e votar o Código Florestal na quarta-feira que vem.

Portanto, peço à base que vote contra essa proposta de, ainda hoje, apreciar o Código Florestal, pois ninguém está aqui para fazer isso.